

Um novo passo para o ajuste fiscal

por Claudia Saffatle
de Brasília

O governo começa a pavimentar o caminho para um ajuste fiscal mais factível e eficaz, atacando em três frentes: a abertura do capital estrangeiro para participar da privatização de bancos estaduais, ampliação da lista de privatização, com a inclusão de novos setores como portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e empresas do setor elétrico, agora possíveis com a lei das concessões; e aprovação de um amontoado de pequenas providências de cortes de gastos, com impacto mais imediato sobre as despesas do Tesouro Nacional, neste ano.

Transferência de atividades para estados também em estudo

Do leque de duas dezenas de medidas de corte de gastos, previsto pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, para os próximos dias, constam uma redução de gasto com financiamentos, a exportação (Proex), em cerca de US\$ 200 milhões neste ano, recursos que estavam orçados para serem cobertos com a emissão de títulos públicos; um corte de cerca de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões em gastos de custos; redução a pelo menos metade das transferências voluntárias para os estados e mu-

nicipios; estimadas originalmente em cerca de R\$ 3 bilhões.

Além dessas, os técnicos da área econômica estariam preparando, também, o início da transferência de responsabilidades para alguns governos, de gastos hoje bancados pela União. Por exemplo, o Tesouro Nacional sustenta a folha de pagamentos do governo do Distrito Federal nas áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública. Paga, também, algumas despesas de custeio dos ex-territórios. Através de decreto presidencial, é possível fazer um cronograma de retirada da União, deixando que os estados e o DF arquem com essas despesas. São pequenas ações que, juntas, poderiam render alguns bilhões de reais, apontam técnicos.

A reunião do Conselho Nacional de Desestatização, marcada para ocorrer ontem e que definiria a ampliação da lista de empresas privatizadas, foi adiada para o próximo dia 6. Segundo justificativa do ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, trata-se de uma reunião que será muito importante, e ontem alguns ministros já haviam viajado para o feriado de Carnaval. Pedro Malan, que faz parte do conselho, foi na madrugada de ontem para Washington.

No próximo dia 6, portanto, o Conselho de Desestatização deverá dar novo fôlego ao programa de privatização e poderá, também, analisar o decreto presidencial que abrirá a possibilidade de capitais externos participarem da privatização de bancos estaduais, além

do banco federal Meridional. Para privatizar alguns bancos estaduais, contudo, os técnicos da área lembraram que primeiro será necessário o governo federal

Crise mexicana adiou projeto de abertura de todo o setor

desapropria as ações do capital social da instituição, "federalizando" o banco, conforme determinação do Decreto Lei nº 2.321, de fevereiro de 1987. Federalizado o banco poderá ser vendido ao setor privado, obviamente, com a concordância do governo do estado.

Segundo informações obtidas junto a fontes da Presidência da República, o projeto do governo de abrir o setor financeiro à concorrência externa teria sido adiado, depois da crise cambial mexicana. A exposição do setor financeiro à importação desse tipo de serviço, através da permissão para que bancos estrangeiros atuem mais no País, é um dos princípios de trabalho do presidente do Banco Central e foi anunciado por mais de uma vez por Pêrsio Arida.

Em vez dessa abertura geral, o governo optou, por enquanto, em abrir apenas para que os capitais externos participem da privatização de bancos estaduais, por uma razão: a crise cambial do México teria deixado cla-

24 FEV 1995

ra a necessidade de, antes de uma abertura mais ousada, o País ter algum tipo de salvaguarda. Assim como existem salvaguardas, que são acionadas em políticas de comércio exterior, para situações de crise do balanço de pagamentos, teriam que ser criadas salvaguardas também para evitar situações de ataques às reservas cambiais como ocorreu no México.

Isso não significa que a ideia de abertura do sistema financeiro esteja engavetada. Segundo assessores do Palácio do Planalto, a urgência com que se imaginava implementar o modelo de abertura comercial ao setor bancário e de seguros é que foi revisto.

Definidas essas áreas de ataque ao desajuste fiscal,

Ministério desenha agora metas para as contas públicas

os técnicos do Ministério da Fazenda começam, agora, a esboçar as metas de comportamento das contas do setor público para este ano, seja no âmbito do governo federal e das empresas estatais, seja na área dos governos estaduais e municipais. Esperam ter prontos os cálculos para superávit primário, equilíbrio ou mesmo um pequeno superávit operacional e o comportamento do déficit nominal, dentro de quinze dias.

GAZETA MERCANTIL